



**Câmara
Municipal
de Araçuaí**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua: São Geraldo, 722

Bairro: Planalto

CEP: 39.600-000

CNPJ: 26.201.996/0001-97

Tel.: +55 33 3731-1995 / 3731-2005

E-mail: administracao.cm@aracuai.mg.leg.br

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

REGIDO PELA LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR nº 123/06 E SUAS ALTERAÇÕES, e SUBSIDIARIAMENTE O DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais, suprimentos de informática, para atender a câmara municipal de Araçuaí/mg, conforme especificações detalhadas no anexo I, parte integrante deste edital.

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 27/12/2024

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 14:30 HS

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 15:00 HS

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL

– www.licitardigital.com.br

ATO Nº 28«PORTARIA»2024: Pregoeiro Oficial: Renata dos Santos Borges

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela plataforma de licitações – > edital PE 004/2024.

Conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica reservada uma cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo de cada item, cujo valor seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) assegurada preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte conforme o previsto no Termo de Referência (Anexo I).

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 – PREÂMBULO

1.1. A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ -MG, por intermédio de sua pregoeira RENATA DOS SANTOS BORGES, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão, na Forma Eletrônica**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br) a qual**, conforme especificado no **ANEXO I** deste edital.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr.(a) RENATA DOS SANTOS BORGES, Pregoeiro oficial e pela Equipe de Apoio, designada pelo **Ato nº 028/2024**, anexado aos autos do procedimento e regido pelas **Leis nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06** e, subsidiariamente pelo **Decreto Federal nº 10.024/2019**, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3 - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Araçuaí-MG, através do endereço eletrônico <https://www.aracuai.mg.leg.br>, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e também no prédio sede da Câmara Municipal de Araçuaí-MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no sítio

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

eletrônico oficial da Câmara Municipal de Araçuaí-MG, através do endereço eletrônico <https://www.aracuai.mg.leg.br>

1.5 - A Administração não se responsabilizará caso o pretense licitante não acesse o endereço eletrônico www.licitardigital.com.br ou não visualize a alteração no sítio eletrônico oficial supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2- OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais, suprimentos de informática e outros materiais de consumo, para atender a Câmara Municipal de Araçuaí, com fornecimento na Sede do Município, conforme especificações detalhadas nos anexos a este edital. **3 - CONDIÇÕES**

DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

3.2 – Não poderão participar do presente certame a empresa:

3.2.1 – Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2 – Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3 – Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4 – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

3.2.5 – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

3.2.6 - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, art 14º da Lei n.º 14.133/2021;

3.2.6.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.2.7 - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.2.8 - Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;

3.2.9 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.10 - Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.3 – Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.licitardigital.com.br.

3.4 - A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise

- cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de **03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

4.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

5 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Câmara Municipal de Araçuaí-MG, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subseqüente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7 - **COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTEs DECLARAÇÕES:**

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

() Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 e art 9º § 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

() Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

() Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

() Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

() Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, não contrariando o disposto no art 4º § 2º da Lei 14.133/2021. cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

() Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos.

5.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

6.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de

negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8 - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo pregoeiro, de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

6.9 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9.1 - Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.

6.10 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.11 - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.12 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “**chat**” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.13 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 - Valor unitário e total dos itens;

7.1.2 - Marca dos produtos ofertados.

7.1.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

7.1.1 – Não se admitirá cotação/proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital; isto é, o licitante que desejar participar deverá apresentar preço para a totalidade do objeto que cotar, obrigando-se nos limites dela, observada possibilidade de acréscimo conforme artigo 125 da Lei 14.133/21.

7.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

7.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 - O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.7 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

7.8 - Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

8 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, juntamente com a PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, a seguir informada:

8.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do interessado detentor da proposta classificada e para os fins de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de algum dos impedimentos referidos neste Termo, será verificado pela Pregoeira, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- c) Cadastro de Inabilitados e de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA);
- e) outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

8.1.1.1. As consultas aos cadastros mencionados anteriormente poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), conforme o caso.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

8.1.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome do fornecedor interessado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1 - registro comercial no caso de firma individual;

8.2.2 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

8.2.3 - comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

8.2.4 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3 - DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Que deverá ser comprovado conforme cláusula 5.7 deste Edital.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 – A ausência de anexação de certidão fiscal, social e trabalhista que possam ser conferidas em meio eletrônico não será motivo único para inabilitação do fornecedor, podendo o Pregoeiro(a) realizar a pesquisa eletrônica para fins de análise da regularidade fiscal da empresa.

8.4 - DA REGULARIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor/cartório da sede do licitante a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento dos envelopes, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.

8.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.5.1 Comprovante de registro da empresa na Agência Nacional de Petróleo (ANP);

8.5.2 Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, que comprove(m) que a empresa prestou ou vem prestando serviços pertinentes e compatíveis ao objeto deste pregão

9 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.11 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (hum centavo).

9.12 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”.

9.13 – Do modo de disputa aberto seguirá a seguinte ordem de etapas:

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Na data e hora marcada para abertura da sala de disputa esteja logado e com a sala de disputa aberta. O valor de todas as propostas é mantido em sigilo até a data e hora de abertura da disputa, somente a partir desse momento que o pregoeiro poderá abrir as propostas e decidir se classifica ou desclassifica uma proposta.

Assim que o pregoeiro iniciar a abertura e análise das propostas no chat será emitida a seguinte mensagem: “As propostas do processo foram abertas e serão analisadas. Aguardem conectados”.

O lote será habilitado para lance somente para os fornecedores que tiveram suas propostas classificadas. Na ata das propostas, divulgada na tela de documentos do edital, após encerramento da sala de disputa, constarão todas as propostas enviadas para os lotes e a decisão do pregoeiro sobre classificação ou desclassificação de propostas.

Quando o pregoeiro terminar de julgar todas as propostas ele abrirá os lotes para disputa. Nesse momento será possível enviar os lances.

No modo aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos. A sessão pública de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, após isso, será prorrogada automaticamente se houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos. Nós denominamos esse período inicial de 10 minutos de “tempo fixo”.

A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sempre que for enviado lance (inclusive lance intermediário) no período de prorrogação, ou seja nos 2 (dois) minutos finais.

Não havendo lance nos últimos 2 (dois) minutos do contador regressivo a sessão de lances será encerrada.

Poderá ser reiniciada a sessão pública de lances a critério do pregoeiro, assessorado por sua equipe de apoio, com o objetivo de alcançar o melhor valor. Finalizada essa etapa serão aplicados os critérios de julgamento conforme explicado no tópico específico.

10 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.3 - A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada na forma da Lei Federal 14.133/2021.

10.4 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.5 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.7 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, no prazo indicado pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

10.7.1. A PROPONENTE provisoriamente classificada em primeiro lugar poderá ser convocada para, em até 2 (duas) horas contados da convocação, apresentar o catálogo técnico dos produtos ofertados.

10.7.2. Desde que devidamente justificada, a PROPONENTE poderá solicitar a prorrogação do prazo acima por no máximo 2 (duas) horas, ficando a critério do MUNICÍPIO a concessão excepcional da prorrogação.

10.8 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8.1 - Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

10.9 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “**chat**” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.10 - O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.11 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.12 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “**chat**”.

11 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1 - Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

11.2 - O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantagem imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

11.3 - Se a proposta de menor valor/menor vantagem não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.4 - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

11.5 - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.6 - Serão também desclassificadas as propostas que:

11.6.1 - Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

11.6.2 - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.

11.7 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

11.8 – Após verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem, serão analisados documentos de habilitação daquelas Propostas finais, e constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo que o processo será homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

11.9 - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

11.10 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1 - A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.1.1. A proposta somente não será atualizada automaticamente quando houver mais de um item dentro do lote, cabendo ao fornecedor a atualização dos valores de sua proposta no prazo de 02 (duas) horas, podendo ser prorrogado por igual período desde que aprovado pela administração.

12.2 - Deverá contudo o licitante vencedor, encaminhar por e-mail: www.licitardigital.com.br a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 24 (vinte e quatro horas);

13 - DO RECURSO

13.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal, social e Trabalhista de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de (10) dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

13.3 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3.2 - A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

13.4 - A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade superior, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar a ARP, que obedecerá ao modelo Anexo II, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

15.2 - O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

15.3 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato/ARP ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato/ARP nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme artigo 90 da lei Federal 14.133/2021.

15.4 - Como condição prévia para para assinatura de Ata RP/Aditivos/ Contrato será verificado pelo Pregoeiro ou por Agente de Contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- c) Cadastro de Inabilitados e de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA);
- e) outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.
 - As consultas aos cadastros mencionados anteriormente poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), conforme o caso.
 - A consulta aos cadastros será realizada em nome do fornecedor interessado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16 – DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

16.1.1. - Ao prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá renovar o saldo quantitativo em até 100% do saldo original e deverá dar publicidade à intenção de renovação da vigência da Ata de RP em até 30 dias antes de terminar a vigência da ARP. A informação ficará publicada pelo período de 5 dias úteis, podendo no 6º dia útil assinar o aditivo de prorrogação se não houver manifestação em contrário.

16.2. - No prazo de validade da ata de registro de preços poderá ser contratado os fornecedores registrados na ata de Registro de Preços que será formalizada por meio de instrumento contratual (Anexo III), emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DOS FORNECEDORES REGISTRADOS

17.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, constituem obrigações do Fornecedor Registrado, além da constante do Art. 89 e 92 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas na minuta do contrato/ata de registro de preços.

17.2 - E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

18 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi declarada vencedora será convocado via sistema eletrônico e e-mail para firmar/assinar a ARP ou instrumento equivalente, conforme minuta ANEXO (II), no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação, podendo ser prorrogado

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

uma vez por igual período desde que o motivo seja aceito pela administração, emitida pelo Setor Responsável, sob pena de decair do direito à contratação.

18.1.1 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato ou recuse-se a assiná-lo, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato.

18.2 – a Ata de Registro de Preços celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

19 – DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR

19.1 - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei n.º 14.133/21.

19.2 - Constituem obrigações do Órgão Gerenciador, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas na minuta do contrato/ata de RP.

20 – DA FISCALIZAÇÃO

20.1 – As condições de fiscalização estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.
ANEXO (II)

21. DO PAGAMENTO

21.1 - As condições de pagamento estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.
ANEXO (II)

22 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - Das infrações e sanções aplicáveis aos licitantes quando:

22.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, será aplicada as seguintes sanções:

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

a) multa no percentual de 0,5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.

b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.

22.1.2 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, será aplicada as seguintes sanções:

a) multa no percentual de 5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.

b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

22.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, será aplicada as seguintes sanções:

a) multa no percentual de 5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.

b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos

22.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, será aplicada as seguintes sanções:

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

22.1.5 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

22.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

22.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

22.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

a) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

23 – DO REAJUSTAMENTO

23.1 - As condições de reajustamento estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços. **ANEXO (II)**

24 – DO ACRÉSCIMO/SUPRESSÃO

24.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, salvo o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

25 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

25.1 – As condições de registro estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços. **ANEXO (II)**

26-DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 - É facultado ao(a) **PREGOEIRO(A)** ou a **AUTORIDADE COMPETENTE**, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

26.2 – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para o fornecimento, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

26.3 – Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

26.4 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar em sua totalidade, sendo que as contratações se darão de acordo com a demanda da Câmara Municipal de Araçuaí-MG.

26.5 - É vedado à **contratada** subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

26.6 - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, por motivo de conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade insanável de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

26.7 - O **PREGOEIRO**, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.8 – É vedado ao **fornecedor** retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

26.9 - Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 8h às 12h e das 14h às 18h ou pelo telefone (33) 3731-1995 e e-mail: licitacoes@aracuai.mg.leg.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico <http://www.licitardigital.com.br>.

26.10 - Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico <http://www.licitardigital.com.br> ou <https://www.aracuai.mg.leg.br/>.

26.11 - O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

26.12 - No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

26.13 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.13.1. Considera-se dia do começo do prazo:

- a) o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;
- b) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

26.14 - Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

26.15 - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

26.16 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.17 – O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato / Ata de Registro de Preço.

27.18 – Integram o Presente Edital:

- a) ANEXO I – termo de referência;
- b) ANEXO II - minuta da arp;
- c) ANEXO III – minuta do contrato
- d) ANEXO IV- declaração para microempresa ou empresa de pequeno porte
- e) ANEXO V – declaração trabalhista
- f) ANEXO VI- declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação
- g) ANEXO VII – modelo de proposta comercial

ARAÇUAÍ-MG, 13 DE DEZEMBRO DE 2024

RENATA DOS SANTOS BORGES
AGENTE DE CONTRATAÇÃO PORTARIA
028/2024

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ/MG.

I - DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1.	MONITOR DE ÁUDIO PARA ESTUDIO REFERENCIA: KRK ROKIT 5 DESCRIÇÃO: 5" Near-Field Studio Monitor Frequency Response 43Hz - 40KHz	01		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	<p>Max SPL 104dB Power Output 55 Watts Input Impedance 5.12KO Balanced Balanced TRS/XLR Combo Jacks Height 11.22" / 285 mm Width 7.48" / 190 mm Depth 9.49" / 241 mm Weight 10.69 lb / 4.85 kg</p>			
2.	<p>RETORNO DE PALCO SEM FIO RECEPTOR + TRANSMISSOR + FONE REFERENCIA: ARMER AX800IEM DESCRIÇÃO: TRANSMISSOR PREDEFINIÇÕES: 75 canais -VISOR OLED: Indicação de frequência, canal, e volumes L/R -ALCANCE: até 80m -ALIMENTAÇÃO: 12V DC 500mA -FREQUÊNCIA: 630-660MHZ UHF -MODULAÇÃO: FM -INTERFERÊNCIA DE IMAGEM: > 60dB -ESTABILIDADE DE FREQUÊNCIA: mais ou menos 0.005 % -DISTORÇÃO HARMÔNICA: < 0.5 % -CONEXÕES DE ÁUDIO: 2 entradas XLR balanceado, 2 saídas P10 para loop RECEPTOR BODYPACK REJEIÇÃO DE IMAGEM: > 80db -DISTORÇÃO HARMÔNICA: < 0.5% -SENSIBILIDADE: < 10dBuV (SINAD=30Db) -RELAÇÃO SINAL-RUÍDO: > 90dB</p>	02		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	<p>-IMPEDÂNCIA DO EAR PHONE: 32 ohms -ALIMENTAÇÃO: 02 Pilhas AA -SAÍDA PARA EAR PHONE: P3 ESTÉREO</p> <p>FONE DE OUVIDO Driver: 10mm composto magnético dinâmico -SENSIBILIDADE: 112dB -IMPEDÂNCIA: 23 Ohms -FREQUÊNCIA: 10-20000Hz -Plug: 3,5 mm -COMPRIMENTO DO CABO: 125 mais ou menos 5cm</p>			
3.	<p>FONE DE OUVIDO REFERENCIA: AKG K92 DESCRIÇÃO: Tamanho do driver (mm): 40 Impedância nominal: 32 Largura de banda da frequência de áudio (Hz): 16 - 22000 Potência de entrada máx. (mW): 200 Comprimento do cabo (m): 3 Especificações de Áudio Máx. Potência de entrada: 200 mW Largura de banda da frequência de áudio: 16 - 22000 Hz Material Acabamento: preto fosco Interface de áudio Tipo: Plugue estéreo – 3,5 mm (1/8) com adaptador de 6,3 mm (1/4) revestido com ouro e parafusado Gênero: Macho Conectores: 3 conectores TRS Cabo Fixo: Sim</p>	03		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	<p>Over-ear: Sim Mixagem de estúdio: Sim Monitoramento do estúdio: Sim Som de alta-fidelidade: Sim Dispositivos móveis: Sim Tipo de fone Fundo fechado: Sim Dobrável: Não Almofadas substituíveis: Sim Fundo fechado: Sim Over-ear: Sim</p>			
4.	<p>MICROFONE DE MÃO DUPLO SEM FIO REFERENCIA: KADOSH K-502M DESCRIÇÃO: Cor: Preto Modelo detalhado: Duplo É gamer: Não Comprimento do cabo: 2 m Usos recomendados do microfone Para apresentações, Para narrações, Para vozes Com alto-falantes embutidos: Não Frequência mínima - Frequência máxima 80 Hz - 14000 Hz Acessórios incluídos 1 pilha de litio recarregável Formatos de microfone: De mão Tipos de microfone: Dinâmico Padrões polares: Cardioide Quantidade de microfones: 2 Com luz indicadora de funcionamento: Sim Com luz LED: Não</p>	02		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	Tipos de conexões: Sem fio Com Bluetooth: Não Conectores de saída: XLR			
5.	<p>CONSOLE DE AUDIO</p> <p>REFERENCIA: BEHRINGERX1222USB</p> <p>DESCRIÇÃO:</p> <p>Consumo energético: 40 W Tipo de console: Analógica</p> <p>Tipos de alimentação: Corrente elétrica</p> <p>Com alimentação fantasma: Sim Com efeitos: Sim</p> <p>Principais efeitos incluídos:</p> <p>Hall, Room, Plate, Gated, Reverse, Early reflections, Ambience, Delay, Echo, Chorus, Flanger, Phaser, Detune, Pitch shifter, Delay/Rev</p> <p>Conectores:</p> <p>6 mic XLR in, 4 line TRS 6.3 mm in, 4 insert TRS 6.3 mm, 2 line TRS L/R 6.3 mm in, 2 line TRS L-mono/R 6.3 mm in, 1 track RCA L/R in, 1 track RCA L/R out, 1 main XLR L/R out, 2 aux return TRS L-mono/R 6.3 mm, 1 footswitch, 1 phone TRS 6.3 mm, 1 mon TS 6.3 mm, 1 FX send TS 6.3 mm, 1 interface USB-B in-out</p> <p>Quantidade de canais: 12 Conectividade: XLR</p> <p>Acessórios incluídos: 1 montagem em rack</p> <p>Com equalizador: Sim Com software incluído: Sim</p> <p>Quantidade de buses: 2</p>	01		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	<p>Quantidade de efeitos: 16 Quantidade de canais estéreos: 4 Altura: 90 mm Comprimento: 370 mm Largura: 330 mm Peso: 4,22 kg</p>			
6.	<p>PAR CAIXA DE SOM LINE ARRAY, ATIVE E PASSIVA + SUPORTE PARA PAREDE REFERENCIA: PAR LINE ARRAY LIVE4 LEACS 400WRMS DESCRIÇÃO: Cor: Preto Voltagem: 127/220V Formato do alto-falante: Line array Com luzes LED: Não Com controladores DJ integrados: Não Potência de saída (RMS): 200 W Resposta mínima em frequência - Resposta máxima em frequência: 20 kHz - 150 Hz Distorção: 0,1 % Peso: 8,1 kg</p>	02		
7.	<p>INTERFACE DE ÁUDIO USB REFERENCIA: FOCUSRITE SCARLETT 2i2 3 DESCRIÇÃO: Tipo de item: interface de som USB Material: Metal Tamanho: Aprox. 175x98,8x47,5mm/6,89x3,89x1,87 pol. Tipo de interface: interface de som</p>	02		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	<p>USB 2 entradas e 2 saídas Porta de conexão: Tipo C Precisão A/D: 24 bits 196kHz</p> <p>Quantidade de pré-amplificador: 2</p> <p>Suporta: alimentação fantasma de 48V</p> <p>Quantidade de entrada do instrumento: 2</p> <p>Quantidade de entrada de linha: 2</p> <p>Quantidade de saída analógica: 2TRS balanceado</p> <p>Quantidade de saída de fone de ouvido: 1</p> <p>Compatível: para Win 7 10 11, para OS X 10.1 e superior</p>			
8.	<p>Calha De Fios - 3 Vias 20x28 Protetor De Cabos E Mangueiras</p> <p>REFERENCIA: Modelo R4.RE3.2028</p> <p>DESCRIÇÃO:</p> <p>Tipo de cabo e adaptador: Passa Cabos</p> <p>Cor: Base Preta - Tampa Amarela e ou Preta</p> <p>Comprimento do cabo: 90 cm 3 canais 20x28mm</p> <p>Conector de saída: Protetor de Cabos 3 Vias</p> <p>Gênero do conector de entrada: 3 Vias</p> <p>Gênero do conector de saída: 3 canal</p> <p>Material de revestimento do conector: Material emborrachado de</p>	05		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	alta densidade			
9.	<p>Canaleta 3 Divisórias Cabos Fios Fita Dupla Face 2mt Branco</p> <p>DESCRIÇÃO: Canaleta 3 divisórias cabos fios fita dupla face 2mt branco Cor: Branco Altura x Largura x Comprimento 1.5 cm x 4 cm x 2 m</p>	100		
10.	<p>Cotovelo Joelho CANALETA 90°5x2cm BRANCA</p> <p>DESCRIÇÃO: Forma do perfil: L Comprimento x Largura: 9.5 cm x 5 cm Altura total: 2 cm Espessura: 2 mm Material: PVC</p>	150		
11.	<p>Conexão Canaleta Cotovelo Interno 90° 50x20mm</p> <p>DESCRIÇÃO: Forma do perfil: L Largura:5 cm Altura total: 2 cm Material: PVC</p>	150		
12.	<p>Kit 500 Un Cinta Plástica Fita Braçadeira Nylon 3,6x300mm</p>	03		
13.	<p>Organizador De Fios Cabos Espiral 3/4 Preto 20 Metros</p>	60		
14.	<p>Extensor De Hdmi Ate 50 Metros Pra Salas De Conferência</p> <p>REFERENCIA: VEX 1050 HDMI</p> <p>DESCRIÇÃO: Riqueza nos detalhes com imagens em alta resolução: O equipamento oferece imagens em</p>	30		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	<p>alta definição Full HD, permitindo explorar cada detalhe do jeito que você precisa.</p> <p>Alcance máximo para conexão a longas distâncias: Conexão ponto a ponto e instalação com cabo de rede RJ45 a uma distância de 50 m no cabo Cat6 e 40 m no Cat5e. Envie mais longe o sinal de vídeo HDMI.</p> <p>Seu equipamento mais protegido e durável: Evite danos ao sinal de vídeo e na alimentação do dispositivo com o circuito adicional de proteção contra surtos de tensão. Ele possui case plástico e projetado para instalações em ambientes internos.</p> <p>Versão HDMI 1.3</p> <p>Versão HDCP 1.2</p> <p>Resolução Suportada: 480i@60Hz, 480p@60Hz, 576i@50Hz, 576p@50Hz, 720p@50/60Hz, 1080i@50/60Hz, 1080p@50/60H</p> <p>Distância máxima de transmissão entre Tx e Rx Cabo CAT6: 50 metros</p> <p>Distância máxima de transmissão entre Tx e Rx Cabo CAT5E: 40 metro</p>			
<p>15.</p>	<p>Carregador 16 Pilhas Aa Aaa digital REFERENCIA: BESTOM PREMIUM DESCRIÇÃO: 110V/220V (Bivolt) USB BRANCO – 12 PILHAS</p> <p>6 modos de carregamento seguros: Abs + PC, proteção contra sobretemperatura, proteção contra sobrecorrente, proteção contra curto-</p>	<p>04</p>		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	<p>circuito, carregamento 5/7, carregamento por ciclo</p> <p>carga rápida inteligente, universal para no.5 e 7 baterias. Paragem total, carregamento rápido.</p> <p>Electric quantidade display, proteção ambiental material.</p> <p>Micro Tipo-c dois tipos de interface, carregamento mais conveniente</p>			
16.	CABO USB TIPO-C 2 METROS	20		
17.	<p>ADAPTADOR WIRELESS USB 300 MBPS (2 4 GHZ)</p> <p>REFERENCIA: TL-WN823N</p> <p>DESCRIÇÃO: Número de processadores 1</p> <p>Tipo de Memória DRAM Velocidade do relógio de memória 1800</p> <p>Capacidade 1 Litros</p> <p>Tecnologia de conexão Ethernet Padrão de conexão sem fio 802.11b</p> <p>Voltagem 220 Potência em watts3600</p> <p>Fonte de alimentação Não aplicável</p> <p>Pilhas ou baterias inclusas Não</p> <p>Conteúdo de energia da bateria de lítio 2 Miliamperes Horas (mAh)</p> <p>Pacote da bateria de lítio Pilhas embaladas com o equipamento</p> <p>Peso da bateria ou pilha de lítio 2 Grams</p> <p>Número de células ou pilhas de íon</p>	40		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	<p>de lítio 5</p> <p>Número de células de metal de lítio 5</p> <p>Número de unidades 1</p> <p>Peso do produto 60 g</p> <p>Dimensões do produto 3,91 x 1,83 x 0,79 cm; 60 g</p> <p>Pilha(s) ou bateria(s): 1 Íon de lítio (necessita de baterias)</p>			
18.	<p>COMPUTADOR DESKTOP</p> <p>REFERÊNCIA: ThinkCentre neo 50s Intel Core i5-13400 16GB 512GB SSD Windows 11 Pro</p> <p>Descrição:</p> <p>Processador: Processador com desempenho equivalente ou superior às seguintes especificações:</p> <p>6 a 10 núcleos e 12 a 16 threads.</p> <p>Frequência base/turbo: 2,5 a 3,8 GHz / 4,6 a 5,1 GHz.</p> <p>Consumo de energia (TDP): 65W.</p> <p>Sistema Operacional: Windows 11, original e licenciado.</p> <p>Placa de Vídeo: Placa Gráfica integrada ao processador.</p> <p>Memória RAM: Memória RAM com desempenho equivalente ou superior às seguintes especificações:</p> <p>16 GB DDR4, frequência de 3.200 MHz, em configuração de dois módulos de 8 GB cada (UDIMM).</p> <p>Armazenamento: SSD M.2 de 512 GB, PCIe Gen4, com suporte a</p>	16		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	<p>criptografia Opal ou superior.</p> <p>Fonte de Alimentação: Fonte com potência mínima de 260W.</p> <p>Periféricos inclusos:</p> <p>Mouse: Conexão USB, óptico, cor preta.</p> <p>Teclado: Conexão USB, padrão ABNT2, cor preta, Português (BR).</p> <p>Conectividade: Placa de rede sem fio padrão Wi-Fi 6E (AX211 ou superior), com Bluetooth® 5.1 ou superior.</p> <p>Garantia: Garantia mínima de 1 ano, com suporte técnico especializado.</p>			
19.	<p>NOTEBOOK PARA USO PROFISSIONAL</p> <p>REFERÊNCIA: Notebook Gamer Dell G15</p> <p>Descrição:</p> <p>Processador: Processador com desempenho equivalente ou superior às seguintes especificações:</p> <p>8 a 14 núcleos e 16 a 20 threads.</p> <p>Frequência base/turbo: 2,6 a 3,8 GHz / 4,9 a 5,1 GHz.</p> <p>Sistema Operacional: Windows 11, original e licenciado.</p> <p>Placa de Vídeo: Placa dedicada com pelo menos 6 GB GDDR6, com suporte a gráficos de alta performance.</p>	12		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Tela: Tela Full HD de 15,6 polegadas (1920 x 1080 pixels), frequência mínima de 60 a 120 Hz.

Memória RAM: 16 GB DDR5 (configuração de 2 módulos de 8 GB), frequência mínima de 4800 MT/s.

Armazenamento: SSD NVMe M.2 de 512 GB com suporte a alta velocidade de leitura e gravação.

Teclado: Padrão ABNT2 com teclado numérico em Português.

Portas e conectividade:

1 porta para fone de ouvido/microfone (combo).

1 porta Ethernet RJ-45.

3 portas USB 3.2 de 1ª geração. 1 porta HDMI 2.1.

1 porta USB-C 3.2 de 2ª geração com suporte a DisplayPort.

Câmera: Câmera HD (720p) com gravação a 30 fps e microfone integrado.

Áudio: Alto-falantes estéreo com tecnologia avançada para qualidade sonora superior, potência mínima de 2,5 W cada.

Dimensões:

Altura: até 2,7 cm. Largura: até

35,8 cm. Profundidade: até

27,5 cm. Peso: até 2,85 kg.

Material do Chassi: Construção em

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	<p>plástico ou material equivalente para durabilidade.</p> <p>Cor: Grafite ou similar.</p> <p>Garantia: Garantia mínima de 1 ano com suporte técnico básico via correios.</p>			
20.	<p>MONITOR PARA COMPUTADOR</p> <p>REFERENCIA: Monitor Aoc 22b30hm2 21,5" LED Full Hd 100 Hz HDMI Vga Vesa Preto</p> <p>Descrição:</p> <p>Tamanho da Tela: 21,5".</p> <p>Tipo de Display: W-LED.</p> <p>Resolução: Full HD (1920x1080).</p> <p>Proporção da Tela: 16:9.</p> <p>Frequência de Atualização: 100Hz.</p> <p>Conexões: 1 VGA, 1 HDMI 1.4 (HDCP 1.4).</p> <p>Posição da Tela: Horizontal.</p> <p>Base: Removível.</p> <p>Voltagem: Bivolt</p> <p>Peso do Produto: 1,79kg.</p> <p>Dimensões do Produto: Largura 49,3cm Altura 28,4cm Profundidade 3,58cm.</p> <p>Garantia: 01 ano.</p> <p>Conteúdo da Embalagem: 1 Monitor para PC, 1 Cabo de força, 1 Cabo HDMI, Certificado de garantia e Base</p>	16		
21.	<p>NO BREAK</p> <p>REFERÊNCIA: Nobreak Powertek</p>	15		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	<p>Multi 720 VA</p> <p>Descrição:</p> <p>Autonomia: 30 minutos.</p> <p>Voltagem: 110V.</p> <p>Potência: 720 VA.</p> <p>Entrada: Tensão nominal de entrada 110V.</p> <p>Varição de tensão admissível: 88VAC ~ 146VAC.</p> <p>Frequência da rede: 50Hz ou 60Hz.</p> <p>Saída: Fator de potência: 0,6.</p> <p>Tensão nominal na saída: 110V.</p> <p>Potência nominal ativa (W): 432W.</p> <p>Varição da tensão na saída: 102VAC ~ 132VAC.</p> <p>Frequência na saída: 50Hz ou 60Hz.</p> <p>Forma de onda na saída: PWM.</p> <p>Bateria: Quantidade: 1Tensão/Capacidade: 12V 72Ah.</p> <p>Tempo de recarga para 100% da capacidade: aproximadamente 12 horas</p> <p>Garantia: 1 ano.</p>			
22.	<p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL</p> <p>REFERENCIA: XEROX IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL B235</p> <p>ESPECIFICAÇÕES:</p> <p>Funções: Cópia, Impressão frente e verso em preto e branco, digitalização, alimentador automático de originais (AAO), tela sensível ao toque colorida, imprimir de USB,</p>	5		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	digitalizar para USB, Tecnologia de conexão: Bluetooth, Wi-Fi, USB, Ethernet Fonte de alimentação: Elétrico com fio			
23.	TONER PARA IMPRESSORA XEROX B235 ORIGINAL OU COMPATÍVEL	130		
24.	TONER PARA IMPRESSORA BROTHER 8360CDW ORIGINAL	40		
25.	TONER PARA IMPRESSORA LASER HP MFP 432FDN ORIGINAL OU COMPATÍVEL	25		
26.	TONER PARA IMPRESSORA DCP- 81520DN ORIGINAL OU COMPATÍVEL	10		
27.	TONER PARA IMPRESSORA HP LASERJET M1132 MFP ORIGINAL OU COMPATÍVEL	10		
28.	TONER PARA IMPRESSORA BROTHER HL-5452DN ORIGINAL OU COMPATÍVEL	10		
29.	TONER PARA HP 135W LASER MONO IMPRESSORA ORIGINAL OU COMPATÍVEL	160		
30.	TONER PARA IMPRESSORAB MFP e42540 COMPATÍVEL	30		
31.	TONER IMPRESSORA RICOH IM 550F IM550F IM550 MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA COM CONEXÃO BLUETOOTH	15		
32.	KIT 4 TINTA CORES SUBLIMATICA T49M ORIGINAIS EPSON F170 BK			

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	- C - M - Y			
33.	FILTRO DE LINHA 6 TOMADAS PRETO COM LUZ INDICADORA FILTRO DE LINHA PVC 06 TOMADAS	23		
34.	MEMÓRIA SSD 2TB PORTÁTIL REFERENCIA: SAMSUNG SSD 2TB PORTÁTIL T7 TITAN ESPECIFICAÇÕES: Formato Portátil Altura do produto 12,5 milímetros Largura do produto 5,7 centímetros Tecnologia do HD Unidade de estado sólido Interface do HD USB 3.2 Capacidade 2 TB Tecnologia de conexão USB	4		
35.	PEN DRIVE 8 GIGABYTE REFERENCIA: SANDISK	4		
36.	PEN DRIVE 16 GIGABYTE REFERENCIA: SANDISK	10		
37.	PEN DRIVE 32 GIGABYTE REFERENCIA: SANDISK	10		
38.	PEN DRIVE 64 GIGABYTE REFERENCIA: SANDISK	10		
39.	SCANNER DE MESA REFERENCIA: EPSON WORKFORCE ES-400 II ESPECIFICAÇÕES: Sistema operacional Windows Plataforma de hardware PC Tamanho máximo para mídia de impressão 8,5 x 14 polegadas Resolução 300 Tons de cinza 10 de entrada / 8 de saída	4		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	<p>Tipo de fonte de luz LED Número de unidades 1 Tamanho da tela 7 Polegadas Resolução do sensor óptico 600 Pixels Etiqueta Nacional de Eficiência Energética (ENCE) A Tipo de fonte de energia Não aplicável Baterias inclusas Não Funciona com baterias Não Tecnologia de conexão USB Tipos de mídia ou arquivo compatíveis Paper, Photo Contém líquido? Não Cor Preto Cor correspondente Preto Conexões USB Garantia do fabricante 12 MESES Peso do produto 3,7 Kilograms Dimensões do produto 36,58 x 28,45 x 24,89 cm; 3,7 Quilogramas</p>			
40.	<p>FRAGMENTADORA DE PAPEL 150 FOLHAS 127V AUTOMÁTICA SUPERCORTE-PARTÍCULAS REFERENCIA: FRAGMENTADORA GBC AUTO+ 150X ESPECIFICAÇÕES: Capacidade de Fragmentação: 150 folhas (automático) Capacidade do cesto: 44 litros Corrente: 1.2 A Corte: Supercorte em partículas Formato: (L)434mm x (A)617mm x (P)365mm Fragmenta automaticamente: 150 folhas Fragmenta manualmente: 08 folhas Fragmenta também: clipes, grampos no papel e cartão Indicador de resfriamento: Sim</p>	4		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

	<p>Nível de ruído: 55 dB Nível de Segurança: P-4 Número de Usuários: 1-2 Potência: 152W</p> <p>Tecnologia de economia de energia: Sim</p> <p>Tempo de funcionamento: 30 minutos</p> <p>Tempo de repouso: 60 minutos</p> <p>Voltagem: 127V</p>			
41.	<p>Roteador wifi</p> <p>referencia: Roteador TP-Link Archer AX73 Wi-Fi 6 Gigabit Dual Band AX5400</p> <p>especificações: Wi-Fi 6 Completo – Equipado com a estrutura do 4T4R e HE160 na banda de 5 GHz que permite uma conexão ultrarrápida de 4.8 Gbps</p> <p>Conecte mais de 200 Dispositivos – Suporte ao MU-MIMO e OFDMA tpara reduzir o congestionamento e quadruplicar o throughput médio</p> <p>Ampla Cobertura – 6× antenas e Beamforming garantem ampla cobertura</p> <p>HomeShield – Os serviços de segurança premium da TP-Link mantêm sua rede residencial segura com recursos de ponta para proteção de rede e IoT</p>	04		
42.	Fita isolante 20 metros	10		
43.	Fitas Isolantes Coloridas cores sortidas 18mm X 5m Adesiva	20		
44.	<p>SPLITTER HDMI 1X4</p> <p>REFERENCIA: Duplicador Splitter Cabo Hdmi 1x4 Divisor Full Hd 1.4 3d Hub</p>	4		

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

<p>Descrição: 1 entrada HDMI e 4 saídas HDMI Suporta HDCP 1.4: Compatível com a maioria dos dispositivos HDMI. Fácil de instalar: Basta conectar o cabo HDMI do seu dispositivo à entrada HDMI do divisor e conectar os cabos HDMI das suas TVs ou monitores às saídas HDMI do divisor.</p>			
--	--	--	--

II - DA NATUREZA DO OBJETO

2.1. Objeto de natureza é entendido como aquele do mesmo ramo de atividade e observando a classe de materiais e serviços utilizando o detalhamento de cada elemento de despesa e a linha fornecimento de contida em sistema de gestão mantido pela Câmara Municipal.

III - DO PRAZO DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV - FUNDAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A fundamentação da contratação consiste na necessidade de fornecer Materiais de Informática diversos para consumo e manutenção dos computadores da Câmara Municipal de Araçuaí, nas diversas atividades legislativas, garantindo o pleno funcionamento das atividades administrativas.

V - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A Câmara Municipal de Araçuaí/MG tem uma necessidade urgente de aquisição de Materiais de Informática diversos para consumo e manutenção dos computadores do Poder Legislativo. Isso é essencial para garantir a operacionalidade adequada dos equipamentos de informática utilizados nas Unidades Administrativas da Câmara Municipal, visando a continuidade eficiente dos serviços públicos.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

5.2. Considerando a importância crítica dos Materiais de Informática para a operação eficaz da Câmara Municipal, é fundamental especificar com extrema precisão todos os requisitos técnicos, abrangendo a qualidade dos materiais, as especificações dos produtos e qualquer outra concepção relevante.

VI - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os fornecedores devem apresentar documentação técnica que comprove a qualidade e conformidade dos produtos oferecidos, cumprindo os seguintes requisitos:

- Atestados de Capacidade Técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que uma empresa licitante prestou ou presta serviços compatíveis com o objeto deste edital.

VII - EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução deverá ocorrer de acordo com as ordens de remessas específicas durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

VIII - GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por funcionário designado pelo órgão.

IX - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, conforme as entregas efetuadas e aceitações pelo órgão responsável, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

X - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. A seleção do fornecedor será realizada através de processo licitatório, em conformidade com a legislação vigente. Modalidade de pregão, em formato eletrônico, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.1. Será aprovado o julgamento do tipo Menor Preço por Item.

XI - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O fornecimento do objeto será de forma parcelada durante a vigência do registro de preços e o prazo de entrega dos produtos é de até 10 (dez) dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

11.2. Para garantir que a Câmara Municipal tenha acesso aos melhores preços, sem comprometer a eficiência e a qualidade das aquisições, optou-se pelo Registro de Preços. Esta ferramenta permite que, mesmo em cenários de incerteza financeira, a Câmara Municipal possa se planejar e atuar de maneira estratégica, priorizando instruções conforme a disponibilidade de recursos.

12- MATRIZ DE RISCO

Matriz de Risco com Medidas Mitigadoras para o Objeto do Termo de Referência

Risco	Probabilidade	Impacto	Prioridade	Medidas Mitigadoras
Atraso na entrega de produtos por parte dos fornecedores	Alta	alto	alto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diversificar fornecedores. 2. Estabelecer contratos com prazos e projeções claras. 3. Acompanhar de perto o cumprimento dos prazos de entrega.
Variação nos preços dos materiais	Alta	Alta	Médio	<ol style="list-style-type: none"> 1. Negociar preços fixos com fornecedores. 2. Manter um fundo de contingência para despesas inesperadas. 3. Monitore os preços de mercado regularmente.
Mudanças nas regulamentações de produtos de informática	Baixa	Médio	Baixa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mantenha-se atualizado sobre regulamentações. 2. Estabelecer parcerias com fornecedores que acompanham regulamentações. 3. Adaptação rápida às novas regulamentações.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Risco	Probabilidade	Impacto	Prioridade	Medidas Mitigadoras
Falta de disponibilidade de recursos orçamentários	Baixa	alto	alto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Crie um orçamento de contingência. 2. Monitorar regularmente os recursos orçamentários disponíveis. 3. Buscar fontes de financiamento alternativas.
Problemas de qualidade nos produtos adquiridos	Alta	alto	alto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar auditorias de qualidade nos produtos recebidos. 2. Mantenha contato próximo com os fornecedores para resolver problemas rapidamente. 3. Ter fornecedores de backup disponíveis.

ANEXO I

ITE M	QTD	UN	NOME

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A contratação está adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 662/2023 (Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício financeiro vigente), seus anexos e alterações, e outros diplomas legais citados no Estudo Técnico Preliminar anexo.



**Câmara
Municipal
de Araçuaí**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua: São Geraldo, 722

Bairro: Planalto

CEP: 39.600-000

CNPJ: 26.201.996/0001-97

Tel.: +55 33 3731-1995 / 3731-2005

E-mail: administracao.cm@aracuai.mg.leg.br

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Araçuaí – MG, 13 de dezembro de 2024.

LUCIENE GOMES SANTOS

DESIGNADA PARA EQUIPE DE PLANEJAMENTO



**Câmara
Municipal
de Araçuaí**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua: São Geraldo, 722

Bairro: Planalto

CEP: 39.600-000

CNPJ: 26.201.996/0001-97

Tel.: +55 33 3731-1995 / 3731-2005

E-mail: administracao.cm@aracuai.mg.leg.br

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2024»

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2024

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

PARTES:

ORGÃO GERENCIADOR:

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 26.201.996/0001-97, com sede administrativa nesta cidade de Araçuaí, à Rua São Geraldo, N.º 722, Centro, CEP: 39.600,00, Estado de Minas Gerais, representada pelo Presidente da Câmara, **o Sr. ROVIÉRE VIEIRA SÁ**, portador do CPF N.º 035.536.916-89, do RG nº. M-9.195.447, residente e domiciliado à Rua João José de Souza, nº 1553, Bairro: Jardim Nazareth, na cidade de Araçuaí/MG, CEP 39.600-000

FORNECEDOR REGISTRADO:

_____, com sede na
_____, nº _____ – Bairro _____, na
cidade de _____, CEP XXXXXXXXXX – UF, inscrita no CNPJ/MF
N. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo seu
_____, **senhor**
_____, portador do CPF N.

XXX.XXX.XXX-XX,

E-MAIL

INSTITUCIONAL:

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a aquisição constante no objeto do PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024, Processo Administrativo nº 030/2024, mediante o disposto na Lei n. 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO

1.1 - Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Edital, seus anexos e todos os demais documentos referentes ao objeto do referido Processo supracitado, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - Constitui o objeto do presente instrumento contratação de fornecimento parcelado de combustível, para atendimento à Câmara Municipal de Araçuaí, conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Edital do Pregão Eletrônico supracitado.

2.2 – A entrega de objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o termo de referência, anexo do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2.2.1. O registro de preços não obrigará a Administração a contratar em sua totalidade, sendo que as contratações se darão de acordo com a demanda do município, ou seja de forma parcelada.

PARÁGRAFO ÚNICO: Toda e qualquer alteração no objeto somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito da Câmara Municipal de Araçuaí- MG.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1 - Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

3.2 - No preço registrado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta do recurso indicado na ordem de compra.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

5.1 - Todas as condições de entrega estão dispostas no Termo de Referência do referido processo, que faz parte deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

6.1.1 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/21.

6.1.2 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

6.2 - Se o Fornecedor Registrado deixar de realizar o fornecimento dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou troca do objeto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

7.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

7.1.1 - E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com a Câmara Municipal de Aracuaí, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.2 - Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item **DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** constante do Edital.

7.3 - Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, em conformidade com o que trata o termo de referência.

7.3.1 - O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

7.3.2 - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pela Câmara Municipal de Aracuaí, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Aracuaí, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

7.4 - Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

7.4.1 - Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade

7.5 - Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pela Câmara Municipal de Araçuaí, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.6 - Substituir, no prazo estipulado no Termo de Referência, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.

7.7 - Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

7.8 - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor registrado, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

7.9 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo estipulado no Termo de Referência, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.10 - Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.11 - Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.12 - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.13 - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente a Câmara Municipal de Araçuaí ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.14 - Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.15 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1 - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

8.2 - Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.

8.3 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;

8.4 - Emitir as ordens de Fornecimento ao Fornecedor Registrado, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

8.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Fornecedor Registrado;

8.6 - Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e neste Instrumento;

8.7 - Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, por intermédio da(o) fiscal de contrato, que acompanhará a entrega do produto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de documentos fiscais, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

9.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o **ÓRGÃO GERENCIADOR** e terá as seguintes atribuições:

- a)** Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
- b)** Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
- c)** Agir e decidir em nome do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- d)** Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- e)** Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição na entrega do(s) produto(s), devidamente motivado e justificado ;
- f)** Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- g)** Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- h)** Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- i)** Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

- j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- k) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **ÓRGÃO GERENCIADOR**;
- l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmos julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação documentos fiscais, à **EMPRESA REGISTRADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

10.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **EMPRESA REGISTRADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará o recebimento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **EMPRESA REGISTRADA**, todas as condições pactuadas.

10.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação e liquidação do objeto pela fiscalização da Câmara Municipal de Araçuaí e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

10.1.3 - Para execução do pagamento, **EMPRESA REGISTRADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Câmara Municipal de Araçuaí, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

10.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **EMPRESA REGISTRADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus a Câmara Municipal de Araçuaí.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

10.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **EMPRESA REGISTRADA**.

10.3 – A Câmara Municipal de Araçuaí poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **EMPRESA REGISTRADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) A **EMPRESA REGISTRADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da Câmara Municipal de Araçuaí.

b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **EMPRESA REGISTRADA** atenda à cláusula infringida.

c) A **EMPRESA REGISTRADA** retarde indevidamente a execução do objeto ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades da Câmara Municipal de Araçuaí

d) Débito da **EMPRESA REGISTRADA** para com a Câmara Municipal de Araçuaí quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

10.4 - A despesa decorrente desta licitação correrá por conta das dotações do ano corrente e dos anos vindouros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO

11.1 – O recebimento do objeto se dará da seguinte forma:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável pela fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, pelo gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO

12.1 - Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano, podendo após o 13º mês o preço ser reajustado através do índice IGPM publicado pela FGV.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

13.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, salvo o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.2 - A solicitação de alteração de preços visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser formalizado por escrito e devidamente motivado e justificado, devendo ainda o Fornecedor Registrado comprovar o aumento ou redução dos preços.

14.2.1 - A resposta para o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro será de 10 dias após seu protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - Das infrações e sanções aplicáveis aos contratados quando:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato; I –
Advertência;

b) Dar causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

c) Dar causa à inexecução total da ARP;

I - Multa no percentual de 20% do valor contratado;

II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

I - Multa no percentual de 20% do valor contratado;

II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos

e) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

f) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;

II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

16.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

16.1.1 - Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

16.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

16.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

16.1.3.1 - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

16.1.3.2 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

17.1 - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei nº 14.133/21 e, com aplicação subsidiária do Decreto Federal nº 10.024/19, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

17.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 - Fica eleito o foro da cidade de Araçuaí-MG para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



Rua: São Geraldo, 722
Bairro: Planalto
CEP: 39.600-000
CNPJ: 26.201.996/0001-97
Tel.: +55 33 3731-1995 / 3731-2005
E-mail: administracao.cm@aracuai.mg.leg.br

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

18.2 - Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

ARAÇUAÍ-MG, xx DE xx DE 2024

Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí

Representante Legal do Fornecedor

De acordo:

Procurador Jurídico

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



**Câmara
Municipal
de Araçuaí**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua: São Geraldo, 722

Bairro: Planalto

CEP: 39.600-000

CNPJ: 26.201.996/0001-97

Tel.: +55 33 3731-1995 / 3731-2005

E-mail: administracao.cm@aracuai.mg.leg.br

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ANEXO III

MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2024 MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2024**

CONTRATO N.º ____/202X

PARTES:

CONTRATANTE:

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 26.201.996/0001-97, com sede administrativa nesta cidade de Araçuaí, à Rua São Geraldo, N.º 722, Centro, CEP: 39.600,00, Estado de Minas Gerais, representada pelo Presidente da Câmara, **o Sr. ROVIÉRE VIEIRA SÁ**, portador do CPF N.º 035.536.916-89, do RG nº. M-9.195.447, residente e domiciliado à Rua João José de Souza, nº 1553, Bairro: Jardim Nazareth, na cidade de Araçuaí/MG, CEP 39.600-000.

CONTRATADA:

_____, com sede na
_____, nº _____ – Bairro _____, na
cidade de _____, CEP XXXXXXXXX – UF, inscrita no CNPJ/MF
N. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo seu
_____, **senhor**
_____, portador do CPF N.
XXX.XXX.XXX-XX, **E-MAIL** **INSTITUCIONAL:**
_____, doravante
denominada **CONTRATADA**,

Têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024, Processo Administrativo nº 030/2024 e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

Constitui o objeto do presente instrumento registro de preços para futura e eventual



Rua: São Geraldo, 722
Bairro: Planalto
CEP: 39.600-000
CNPJ: 26.201.996/0001-97
Tel.: +55 33 3731-1995 / 3731-2005
E-mail: administracao.cm@aracuai.mg.leg.br

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

aquisição de equipamentos, materiais, suprimentos de informática, para atender a CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ/MG, conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA SEGUNDA deste instrumento e no Edital do Pregão Eletrônico supracitado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024, Processo Administrativo nº 030/2024 bem como a ata de registro de preços nº xxx/202x e demais anexos que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1 - O valor estimado deste contrato é de R\$ _____, sendo de R\$. _____, correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA, de acordo com os valores e quantitativos abaixo relacionados, que será adquirido de forma parcelada:

Item	Unid	Quant	Descrição	Valor unit	Valor Total

2.2 - O **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais, conforme art 125 da Lei Federal 14./133/2021.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

2.3 - Serão incorporados ao contrato, mediante Aditamento todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente instrumento terá vigência até _____, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO/RECEBIMENTO/

4.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado conforme o que estabelece a Ata de Registro de Preços nº xxx/202x.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 – As condições de reajustamento constam na Ata de Registro de Preços nº xxx/202x.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

0100101.0103100012.002 – MANUTENÇÃO DE APOIO ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO – 33903000000- MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 0000017 – FONTE 1500000000

0100101.0103100013.001 -AQUISIÇÃO BENS MÓVEIS E VEÍCULOS DES ATIV LEGISLATIVA- 44905200000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – FICHA 000042- FONTE 1500000000

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Além de observar todas as normas e condições previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024 e seus anexos, incumbe à Contratada manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de qualificação e habilitação exigida na licitação à qual este se encontra vinculado, bem como, executar, com eficiência, pontualidade e qualidade, o objeto contratual; arcar com todas e quaisquer despesas decorrentes do fornecimento do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - À Contratante compete as obrigações constante na ARP nº xx/202x, bem como efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido no Edital e na ARP, e ainda acompanhar a execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O contrato celebrado poderá ser rescindido conforme estabelecido na Ata de Registro de Preços nº xxx202x.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** serão aplicadas as sanções constantes na ARP nº xxx/202x.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO

11.1 - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1 - O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024, Processo Administrativo nº 030/2024.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
I - unilateralmente pela Administração:

- a)** quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b)** quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a)** quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b)** quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos bens;
- c)** para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- d)** A solicitação de alteração de preços visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser formalizado por escrito e devidamente motivado e justificado, devendo ainda o Fornecedor Registrado comprovar o aumento ou redução dos preços. A resposta para o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 03 dias úteis após seu protocolo.

13.2 - O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais,



Rua: São Geraldo, 722

Bairro: Planalto

CEP: 39.600-000

CNPJ: 26.201.996/0001-97

Tel.: +55 33 3731-1995 / 3731-2005

E-mail: administracao.cm@aracuai.mg.leg.br

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO DE CONTRATO

14.1 - A gestão dos contratos será desenvolvida pela gestora responsável pela demanda de contratação e/ou adstrito a secretaria administrativa da Câmara Municipal de Araçuaí, admitida a delegação conforme estabelecer ato próprio e específico, para exercício das funções estabelecidas, conforme portaria 028/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1. A Administração poderá optar pela extinção do contrato nos casos previstos na Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Araçuaí/Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

ARAÇUAÍ-MG, xx DE xx DE 2024

Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí

Representante Legal do Fornecedor

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

ANEXO IV
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2024
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ilmo. Sr.
(autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº
DECLARA à Câmara Municipal de Araçuaí/ MG, para fins de participação no
Pregão Eletrônico nº 004/2024 , que cumpre plenamente os requisitos para classificação
como microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), nos termos da Lei
Complementar nº 147/2014, estando apta a gozar dos benefícios previstos nos capítulos
V e VI da referida Lei.

_____, ____ de _____ 2024.

Representante legal (com carimbo da empresa)

OBS.:

**ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER REDIGIDO EM PAPEL TIMBRADO DA
LICITANTE**

ANEXO V
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2024
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DECLARAÇÃO TRABALHISTA

_____, inscrito no CNPJ
n.º _____, por intermédio de seu
representante..... legal o(a)
Sr(a), portador (a) da Carteira
de Identidade n.º..... e do CPF n.º /.....,

DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do
artigo 7 da Constituição Federal de 1988 e do Decreto n.º. 4.358, de 05 de setembro de 2002,
c/c o artigo 27, inciso V, da Lei n.º. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescida pela Lei n.º.
9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, de _____ 2024.

Representante legal (com carimbo da empresa)

OBS.:

**ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER REDIGIDO EM PAPEL TIMBRADO DA
LICITANTE**



Rua: São Geraldo, 722

Bairro: Planalto

CEP: 39.600-000

CNPJ: 26.201.996/0001-97

Tel.: +55 33 3731-1995 / 3731-2005

E-mail: administracao.cm@aracuai.mg.leg.br

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ANEXO VI
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2024
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A licitante proponente **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica portadora do CNPJ n.º ____, com sede e administração na Rua ____ n.º ____ – Bairro Centro – Município de ____, por seu representante legal abaixo assinado, Sr. , nacionalidade brasileira, estado civil ____, portador da Cédula de Identidade n.º xxxxxxxxxxxxxx e do CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nos autos do processo licitatório n.º 030/2024, instaurado na modalidade Pregão Eletrônico n.º 004/2024, , **DECLARA** a Câmara Municipal de Araçuaí- MG, **que cumpre plenamente os requisitos necessários à habilitação no certame em referência**

Atenciosamente,

_____, ____ de _____ 2024.

Representante legal (com carimbo da empresa)

OBS.:

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER REDIGIDO EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE



**Câmara
Municipal
de Araçuaí**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua: São Geraldo, 722

Bairro: Planalto

CEP: 39.600-000

CNPJ: 26.201.996/0001-97

Tel.: +55 33 3731-1995 / 3731-2005

E-mail: administracao.cm@aracuai.mg.leg.br

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ANEXO VII

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2024

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2024

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

OBS: A PROPOSTA SERÁ ELETRÔNICA E DEVERÁ ESTAR INSERIDA NO SISTEMA LICITAR DIGITAL, ATRAVÉS O LINK: www.licitardigital.com.br

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2024 MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2024

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Nome Fantasia:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

Telefone:

Fax:

E-mail:

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL:

Nome:

RG:

CPF:

Telefone:

E-mail:

ITEM	UNI D	QUAN T		VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL